
MP anti-bets mira cassino online e poupa aposta esportiva

iGBRASIL

Notícias · Utilidades · Recursos para operadores de iGaming

Regulação · Estratégico

MP anti-bets mira cassino online e poupa aposta esportiva

Minuta em avaliação no Planalto prevê proibir jogos de cassino online, preservar quota fixa em esportes e testar cláusula de transição de 180 dias; nada foi publicado no DOU até a manhã de 21/09.

Por Redação iGBRASIL, Redação

Publicado em 21/09/2026 às 07h05

· 5 min de leitura

Por que importa

O recorte desenhado atinge o segmento que integrantes do setor apontam como responsável por cerca de 80% do faturamento das casas, o que muda a premissa de receita de 188 operadoras autorizadas.

A cláusula de 180 dias em estudo define se o efeito da proibição seria imediato na publicação ou adiado pelo tempo de tramitação no Congresso — são dois cenários financeiros distintos.

Enquanto nada é publicado no DOU, não há obrigação nova para licenciado: alterar produto ou comunicar cliente com base em minuta cria risco desnecessário.

MP anti-bets mira cassino online e poupa aposta esportiva

A minuta de medida provisória em preparação no Palácio do Planalto ganhou escopo definido no fim de semana — proibir cassino e caça-níquel online, incluindo os jogos do tipo "tigrinho", e preservar as apostas de quota fixa sobre eventos esportivos e os patrocínios esportivos —, desenho que atinge diretamente a linha de receita mais relevante das operadoras autorizadas. Até a manhã de 21/09, nada havia sido publicado no Diário Oficial da União.

O iGBRASIL registrou em 09/09 que o governo preparava uma MP para restringir bets e, em 19/09, que a Fazenda negou haver decisão tomada. O que muda agora é o recorte, não o estágio: reportagem do Estadão, replicada por GamesBras, Yogonet Brasil e iGaming Business Brasil, indica que o alvo é o segmento de jogos online.

O que o recorte pretende reverter

Os jogos online não constavam da proposta original do Executivo e foram incluídos pela Câmara no texto que virou a Lei 14.790/2023. Segundo as reportagens, o governo quer reverter esse acréscimo legislativo sem mexer no arcabouço das apostas esportivas de quota fixa.

A reação dos clubes de futebol empurrou o desenho para fora do patrocínio esportivo. Um manifesto conjunto de 17/09, assinado entre outros por Flamengo, Vasco, Fluminense, Botafogo, Palmeiras, São Paulo e Santos, foi seguido de telefonemas de dirigentes a ministros na mesma quinta-feira.

Não existe hoje outro segmento econômico capaz de substituir imediatamente esse investimento.

Manifesto conjunto de clubes de futebol, 17/09 (via InfoMoney)

Os números que sustentam o debate

DadoValorFonte

Outorga paga por operadoraR\$ 30 milhõesYogonet Brasil, 18/09, com base no Estadão

Participação do cassino online no faturamento~80%Integrantes do setor ouvidos pelo Estadão (Yogonet, 18/09)

MP anti-bets mira cassino online e poupa aposta esportiva

Operadoras autorizadas atingidas 188 InfoMoney, 21/09

Cláusula de vigência em estudo 180 dias InfoMoney e Yogonet, 18/09

Perdas de famílias em plataformas em 2025 R\$ 62,5 bilhões Estadão, via GamesBras, 20/09

Volume total de apostas estimado ~R\$ 60 bilhões/ano Ministério da Fazenda, via Estadão/GamesBras, 20/09

Perda estimada de patrocínios ao futebol ~R\$ 1 bilhão UOL, via iGaming Brazil, 17/09

Cifras citadas nas reportagens sobre a MP em preparação

As duas cifras de R\$ 62,5 bilhões e ~R\$ 60 bilhões têm escopos distintos e não devem ser somadas. O número de 188 operadoras vem de reportagem, não de consulta feita hoje à lista oficial da SPA.

Estágio jurídico: minuta sem eficácia

O texto está em avaliação no Planalto, não foi publicado, não tem número e não produz efeito. Medida provisória, se editada, tem vigência imediata na data da publicação — salvo cláusula expressa de transição, que é exatamente o ponto dos 180 dias em discussão. A tramitação no Congresso é obrigatória e a MP caduca se não for convertida em lei no prazo constitucional. Nenhuma obrigação de licenciado muda hoje, e o calendário de obrigações da SPA/MF segue integralmente aplicável.

Segundo a coluna Milena Teixeira, do Metrôpoles, Lula deve reunir ministros para bater o martelo depois de voltar da Assembleia-Geral da ONU, em 22/09. A publicação pretendida é anterior ao primeiro turno das eleições, em 4 de outubro.

Ouvi a sociedade, anotamos tudo que eles falaram, já mapeamos e sistematizamos tudo. Agora, vou tomar uma decisão baseada naquilo que eu vi.

Lula, presidente da República, ao SBT News em 10/09 (via InfoMoney)

Quem sente primeiro na operação

Operadoras com portfólio de cassino online: perdem, no cenário desenhado, a maior parte da receita; permanece aberta a questão da devolução proporcional da outorga e da compensação da

MP anti-bets mira cassino online e poupa aposta esportiva

renúncia de receita.

Provedores de jogos e agregadores certificados: contratos de conteúdo, roadmap de certificação e receita de RGS entram em revisão — a lógica já discutida em portfólio de slots no Brasil muda de premissa.

Marketing e afiliados: modelos de CPA e RevShare calibrados sobre LTV de cassino perdem base de cálculo.

Clubes, emissoras e agências: preservados no desenho atual, mas dependentes da versão final do texto.

Pagamentos e PSPs: queda de volume transacional e mudança de mix se o recorte for mantido.

O que fazer nesta semana

Rodar até 22/09 um cenário de receita separando GGR esportivo de GGR de jogos online, com e sem a transição de 180 dias.

Mapear contratos com provedores, agregadores e afiliados que tenham cláusula de mudança regulatória; levantar exposição e janelas de rescisão.

Preparar, no jurídico, tese sobre a outorga de R\$ 30 milhões já paga, direito adquirido e segurança jurídica, incluindo hipótese de judicialização já sinalizada por entidades do setor.

Monitorar o DOU diariamente a partir de 22/09 e não comunicar clientes nem alterar produto com base em minuta.

O que ainda não está confirmado

Não há confirmação oficial da Fazenda ou da SPA/MF sobre escopo, prazo de 180 dias ou devolução de outorga; a Pasta negou decisão tomada em 19/09.

A definição de "cassino online" que o texto adotaria não é conhecida — não está claro se abrange crash games, jogos instantâneos e loterias instantâneas online.

A cláusula de 180 dias é descrita como em estudo, não como definida.

Não localizamos documento que quantifique a renúncia de receita tributária projetada nem o modelo de compensação.

Não foi possível abrir a reportagem original do Estadão; os dados primários chegaram por

MP anti-bets mira cassino online e poupa aposta esportiva

veículos que a citam nominalmente.

Em entrevista à ICL em abril de 2026, Lula havia dito: "Se depender de mim, a gente fecha as bets". O desenho que circula agora é mais estreito do que essa frase sugere, mas depende de um texto que ainda não existe formalmente. Para quem opera, a diferença entre o cenário com e sem transição de 180 dias é o que define se a revisão de valuation e de perímetro de licença é exercício de planejamento ou de caixa.

Acompanhe a publicação no DOU

Receba o alerta do iGBRASIL no momento em que a MP anti-bets for publicada, com o escopo confirmado e o prazo de vigência lido linha a linha. Para receber a análise do que muda para operadores, assine a newsletter do iGBRASIL.

Assuntos:

Cassino online · Lei 14.790/2023 · Medida provisória · Patrocínio esportivo · Regulação · SPA/MF

Fonte original:



<https://igbrasil.com/noticias/regulacao/mp-anti-bets-mira-cassino-online-e-poupa-aposta-esportiva>

Documento gerado em 21/09/2026 às 13h08.

Reprodução permitida mediante citação da fonte e link para o endereço acima.

© 2026 iGBRASIL. Conteúdo destinado a maiores de 18 anos.